

Estado da publicação: O preprint foi submetido para publicação em um periódico

# APORTES TEÓRICOS DE EPISTEMOLOGIAS AFRICANAS

Mariana Martha de Cerqueira Silva

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.9162>

Submetido em: 2024-06-17

Postado em: 2024-06-24 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

## **APORTES TEÓRICOS DE EPISTEMOLOGIAS AFRICANAS**

### **THEORETICAL CONTRIBUTIONS OF AFRICAN EPISTEMOLOGIES**

## **APORTES TEÓRICOS DE LAS EPISTEMOLOGÍAS AFRICANAS**

**Dra. Mariana Martha de Cerqueira Silva<sup>1</sup>**  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3445-7271>  
[marianaayo27@gmail.com](mailto:marianaayo27@gmail.com)

#### **Resumo**

Este estudo é um ensaio teórico sobre epistemologias africanas. A Resolução N.º 018/2002 do Conselho Federal de Psicologia defende a inclusão desse referencial teórico nas disciplinas dos cursos de formação em Psicologia. Em vista de aprofundar o debate, este ensaio remete a matrizes teórico-conceituais de autoria africana para apreender realidades advogadas por essa raiz epistemológica. Para isso, articula informações conceituais pautadas em estudos de intelectuais africanas/os contemporâneas/os sobre experiências, análises e interpretações de África, a partir dela mesma. Os poucos registros de estudos da Psicologia que circulam no Brasil sobre pensamentos e experiências de povos africanos, evidenciam a pertinência do aprofundamento desse aporte teórico. Tais racionalizações expandem constructos teóricos e destacam o apelo à geopolítica do conhecimento como um fator que opera sobre a produção do conhecimento,

---

<sup>1</sup> Professora Substituta do Departamento de Ciências Humanas e Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

(re)configurando e pluridimensionando lógicas eruditas de pensamento, como as epistemologias africanas.

**Palavras-chave:** Ciências Humanas; Psicologia; Epistemologias africanas.

### **Abstract**

This study is a theoretical essay on African epistemologies. Resolution No. 018/2002 of the Federal Council of Psychology defends the inclusion of this theoretical framework in the disciplines of Psychology training courses. To deepen the debate, this essay uses theoretical-conceptual matrices of African authorship to grasp realities defended by this epistemological root. To this end, it articulates conceptual information based on studies by contemporary African intellectuals on experiences, analyzes and interpretations of Africa, based on itself. The few records of Psychology studies that circulate in Brazil on the thoughts and experiences of African people, highlight the relevance of deepening this theoretical contribution. Such rationalizations expand theoretical constructs and highlight the appeal to the geopolitics of knowledge as a factor that operates on the production of knowledge, (re)configuring and multi-dimensionalizing erudite logics of thought, such as African epistemologies.

**Keywords:** Human Sciences; Psychology; African epistemologies.

### **Resumen**

Este estudio es un ensayo teórico sobre las epistemologías africanas. La Resolución N° 018/2002 del Consejo Federal de Psicología defiende la inclusión de este marco teórico en las disciplinas de la formación en Psicología. Para profundizar el debate, este ensayo remite a matrices teórico-conceptuales de la autoría africana para captar realidades propugnadas por esa raíz epistemológica. Para ello, articula información conceptual

basada en estudios de intelectuales africanos contemporáneos sobre experiencias, análisis e interpretaciones de África, a partir de sí misma. Los pocos registros de estudios de Psicología que circulan en Brasil sobre el pensamiento y las vivencias de los africanos, resaltan la relevancia de profundizar este aporte teórico. Tales racionalizaciones amplían las construcciones teóricas y resaltan el atractivo de la geopolítica del conocimiento como un factor que opera en la producción de conocimiento, (re)configurando y multidimensionalizando lógicas eruditas de pensamiento, como las epistemologías africanas.

**Palabras-clave:** Ciencias Humanas; Psicología; Epistemologías africanas.

### Introdução

A Marcha Zumbi dos Palmares pela Cidadania e a Vida, que aconteceu em Brasília em 1995, materializou iniciativas governamentais voltadas para valorização da população negra a partir de históricas demandas do movimento negro brasileiro. Além da organização de Grupos de Trabalho Interministeriais para debater o contexto das relações étnico-raciais e encaminhar ações de combate à desigualdade racial, destaca-se ainda a participação de lideranças do movimento negro em processos de fomento e elaboração de políticas públicas, como na Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância, que aconteceu em Durban, em 2001. Dessa última atuação, por exemplo, resultou a relatoria da Declaração e Programa de Ação de Durban, do qual o Brasil tornou-se nação signatária. É desse contexto que surge a implementação das políticas de ações afirmativas, um dentre os principais encaminhamentos desse acordo.

As políticas de ação afirmativa são medidas institucionais que oferecem aos grupos discriminados e excluídos um tratamento diferenciado para compensar as desvantagens sociais relacionadas ao racismo e outras formas de discriminação social. Nesses termos as ações institucionais promovem uma discriminação positiva dessas vítimas, em vista de organizar políticas compensatórias que promovam uma crescente mobilidade social desses grupos (Munanga, 2001).

Em território brasileiro, muitas ações políticas decorreram desse contexto. Em 2002, por exemplo, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) deferiu uma importante contribuição para enfrentamento ao racismo, por meio da Resolução CFP nº 18/2002. Essa normativa estabeleceu normas de atuação para psicólogos(os) em relação ao preconceito e à discriminação racial.

Em 2017, os participantes do I Seminário de Psicologia e Relações Étnico-Raciais da Bahia, promovido pelo Conselho Regional de Psicologia 3ª Região redigiram a Carta de Salvador, direcionada às Faculdades de Psicologia, Conselhos e Entidades de Psicologia e aos(as) psicólogos(as). O documento propõe uma revisão e atualização da Resolução 018/2002 que, dentre suas recomendações, defende a inclusão, nas disciplinas do curso de Psicologia, de referenciais teórico-conceituais de epistemologias africanas, ameríndias e afro-brasileiras que contribuam para compreensão dos condicionantes e dinâmicas das relações entre indivíduos e grupos na sociedade.

No desenho dessas políticas de ação afirmativa, esta pesquisa justifica-se pelo que está posto nas normativas da Resolução 018/2002 e na Carta de Salvador, especificamente, no que se refere ao estudo das epistemologias africanas contemporâneas. Como método investigativo, foi realizada uma busca sistemática dos termos “epistemologia” OR “Psicologia” AND “África” OR “africana”, e suas variações em inglês, em cinco bases científicas da área da Psicologia, com ampla circulação no Brasil: Biblioteca Virtual de

Saúde (BVS), Portal de Livros da Universidade de São Paulo (USP), Repositório da USP, SAGE Open e Scopus (Silva, 2023). Essa busca identificou apenas cinco títulos. Dentre eles somente um documento, o capítulo *An African theory of knowledge* (Jimoh, 2017) contemplou o debate teórico-conceitual projetado.

Tal resultado evidenciou como a área da Psicologia no Brasil carece de referenciais teóricos de matriz conceitual e autoria africana e mobilizou a eleição de dois caminhos metodológicos. Primeiro, a escolha de cientistas africanos contemporâneos que tem ecoado no campo das ciências humanas, de forma geral, e que podem aprofundar o debate sobre epistemologias africanas. E segundo, a opção pelo ensaio teórico, como gênero discursivo. Segundo Francis **Meneghetti (2011) o ensaio teórico representa um recurso importante para formar conhecimentos disruptivos aos paradigmas antecedentes.** Dessa forma, optamos pela divulgação de pensamentos e concepções sobre epistemologias africanas, tomadas como objeto de estudo e compreendidas como teorizações sobre a produção do conhecimento produzido por cientistas africanos/as e sobre o contexto africano.

À escolha dos cientistas africanos optamos por agregar ainda a dimensão da identidade étnico-racial negra. Isto porque, em nome da raça, os sistemas políticos coloniais produziram a privação da liberdade de ser, de pensar e de agir de grupos sociais que foram racializados, como a população africana e a população negra (Maldonado-Torres, 2007). Além disso, a teoria de elaboração do continente africano em oposição a Europa, retroalimentou a ideia de hierarquia social entre as identidades étnico-raciais, também enquanto formatação territorial (Hegel, 1996). Em razão da persistência desses padrões de poder na contemporaneidade é que se torna pertinente aprofundar o debate sobre epistemologias africanas, delimitando produções de autoria africana e negra.

Nota-se que a atribuição do adjetivo pátrio no termo epistemologia africana enviesa o debate sobre a geopolítica do conhecimento, motivo pelo qual a primeira seção apresenta esse debate reflexivo. Na segunda seção, em vista de expandir lógicas do conhecimento hegemônico no campo científico, destacamos alguns conceitos oriundos de epistemologias africanas que desorganizam interpretações míticas sobre o conhecimento produzido por teóricos/as africanos/as. A terceira seção apresenta reflexões acerca da ideia de epistemologia, forjada nas relações sociais e em diálogo com contextos africanos. E, nas considerações finais evidenciamos fatores políticos que (re)configuram e pluridimensionam as epistemologias africanas, destacadas neste texto.

### **Descentralizar o conhecimento**

A colonização europeia na África resultou num processo geopolítico e cultural que se estendeu para além do marco temporal que, oficialmente, determina o fim do período colonial. Embora as inúmeras guerras de libertação de povos africanos tenham denunciado e minado sistemas coloniais no fim do século XX, influências políticas e culturais que se estabeleceram sobre povos e territórios daquele continente continuam a delimitar a enorme realidade do presente e influenciar o futuro de forma caduca, como poetiza Carlos Drummond de Andrade (1940).

A tese hegeliana da Filosofia da História e sua pretensão à universalidade (Hegel, 1996), relegou histórica e filosoficamente, o sentido de ser africano a um estado de pré-história. Assim, o legado da ciência produzida em África, bem como os próprios africanos, estiveram submetidos ao silêncio de si mesmos (Ramos, 2011). O alastramento dessa ideologia colonial por âmbitos e dimensões materiais e subjetivas organizou a produção da indigência cultural de povos africanos.

Nesse contexto, a mediocridade intelectual e moral outorgada aos africanos e seus descendentes permitiu a elaboração da morte simbólica e material da produção de conhecimentos elaborados fora do constructo epistemológico europeu. A esse fenômeno atribui-se o conceito de epistemicídio (Carneiro, 2005). Nesse sentido, o reconhecimento da erudição e validação científica tornou-se, à priori, um elemento deslocado da produção do conhecimento em África.

Ideologicamente, essa racionalidade ocidental instaurou uma diferença radical no jeito de ser africano que pouco contribuiu para a conceituação de ser humano. Nesse sentido, essa racionalidade criou e fixou uma ideia de identidade africana como pertencente, exclusivamente, à raça negra, desconsiderando a diversidade étnico-racial que constitui tal continente. Essa diferença, nomeada metafísica da diferença (Mbembe, 2001) ou diferença colonial (Mignolo, 2020), congrega uma investigação teórica sobre o ser humano – ontologia – que está calcada numa origem dúbia, assentada em dimensões étnico-raciais e geográficas. No caso da população africana e negra essas diferenças, desde os tempos coloniais, têm sido utilizadas como dispositivo de negação da cidadania e da dignidade, conceitos fundamentais para delimitação do que é ser humano, no mundo moderno.

No plano teórico, a filosofia decolonial surge ciente dessas gramáticas e disposta a enfrentá-las. O prefixo “de”, que antecede o vocábulo colonial e que dá nome à esta filosofia, carrega uma dimensão de negação às heranças coloniais. Teóricos decoloniais (Grosfoguel, 2016; Mignolo, 2020; Quijano, 2000) argumentam que os projetos de colonização liderados pelos países ibéricos entre os séculos XIV e XV, é que inauguraram o tempo histórico denominado Modernidade. Essa defesa contrapõe-se à concepção hegemônica, que define a Modernidade a partir do marco da Revolução Francesa, no século XVIII.

Além do marco da Modernidade, outro conceito caro aos teóricos decoloniais é a ideia de colonialidade. A colonialidade é um padrão de poder emergente da estrutura colonial e que está atuante na contemporaneidade. É uma expressão de poder que se reflete em diversas circunstâncias como nas relações de trabalho, na produção e divulgação de conhecimento, no exercício da autoridade e na formação da identidade pessoal e social. Para Maldonado-Torres (2007), essas relações se articulam por meio do mercado capitalista mundial e da ideia de raça. Por isso, os pressupostos teóricos decoloniais se movem no sentido de denunciar e desorganizar algumas colonialidades. Nesse sentido, é basilar a compreensão do conceito de racismo.

Neste texto compreendemos o racismo como uma ideologia que representa um conjunto de crenças sobre a divisão da humanidade em raças e a superioridade de algumas delas em relação a outras (Munanga, 2006). Essa ideologia se organiza sob a malha das interações sociais, em relações de exploração, dominação e conflitos. Entremada pelo racismo, a disputa pela produção do conhecimento é uma dentre as tramas políticas que acirram essas relações.

O local, tempo histórico e as origens sociais e econômicas que envolvem a produção de um conhecimento são fatores fundamentais para delimitar a circulação desse conhecimento no mundo. Conforme afirma Walter Mignolo (2020), “A epistemologia não é a-histórica. (...) Tem de ser geográfica na sua historicidade, introduzindo a diferença colonial no jogo.” (p.11). É nesse sentido que agregamos à noção da produção do conhecimento o conceito de geopolítica do conhecimento.

No que tange ao conhecimento hegemônico, sua cartografia epistemológica está fortemente representada, além do continente europeu, pelo continente norte-americano. Tal hegemonia pode ser definida como sistema-mundo euro-americano, ou simplesmente ocidental (Said, (1978[2007]); Spivak, 2010). Nesta seara, o epistemicídio, isto é, a

promoção da morte de uma matriz conceitual, figura como um tronco do racismo porque está marcado pela exaltação da racionalidade da matriz euro-americana em contraposição e subjugação de outras matrizes, como a africana. A descolonização do saber, isto é, a desedificação da hegemonia de padrões epistemológicos ocidentais que criam e hierarquizam histórias, tradições, pensamentos e vocabulários, como afirmou Edward Said, surge como contraponto à essa geopolítica do conhecimento (Lander, 2003; Mbembe, 2010).

No campo da Psicologia, o referencial da Psicologia Crítica defende o compromisso dessa ciência com uma conscientização crítica de pessoas e grupos sobre si e sobre sua realidade, de forma a melhor compreender sua própria existência. Nesse sentido, Martin-Baró (1989) defende um saber psicológico historicamente construído, em que os psicólogos trabalhem numa perspectiva de mudança social, que impulsionem a “(...) construção de identidades pessoais, coletivas e históricas capazes de romper a situação de alienação das maiorias populares oprimidas e desumanizadas que vivem à margem da sociedade” (Ferreira, 2010, p. 58). Vale destacar ainda que, referenciais filosóficos decoloniais e da Psicologia Crítica, embora contextualizados em experiências latino-americanas, apresentam uma abordagem que interessa para a análise deste ensaio porque há implicações políticas e ideológicas que são derivadas do legado colonial (Walsh, 2009) e convergem com a realidade africana, como o racismo e o epistemicídio, por exemplo.

Ancorado nesses pressupostos, o debate deste ensaio se organiza por meio da insurgência social e política de cientistas africanos/as e negros/as. Em suma, trata-se do esforço de transgredir e deslocar padrões epistemológicos ocidentais, como dimensões étnico-raciais e geográficas, conservadas por colonialidades diversas. Essa ação intelectual abre possibilidades para um projeto de emancipação epistêmica, indicando a

coexistência de diferentes ciências e formas de produção de conhecimento e colocando em evidência o questionamento à hegemonia (verdade e totalidade) de conhecimentos monoculturais e monorracionais (Oliveira; Candau, 2010).

### **Razões epistemológicas**

A prevalência de certas formas culturais sobre outras no campo das ideias, costumes, valores e regras de conduta, foi nomeada hegemonia por Antonio Gramsci (1934 [2017]). No caso da cultura ocidental, sua hegemonia sobre as demais culturas transcendeu limites geográficos e tempos históricos e assumiu uma posição de superioridade (Said, (1978[2007])). Nesse sentido, repensar o significado da racionalidade africana torna-se um exercício filosófico de grandes dimensões.

Alguns intelectuais africanos elaboram teorias que vasculham entendimentos e contraposições às restrições impostas por modelos hegemônicos de conhecimento que, não por acaso, outorgaram uma alteridade vil e objetificada às intelectualidades africanas e negras (Ela, 2015; Mbembe, 2014; Mudimbe, 2019; Oyěwùmí, 2002). O desenho investigativo desses autores foi selecionado para este ensaio por tratar-se de autores africanos/as e negros/as contemporâneos que buscam desalojar paradigmas da racionalidade ocidental, concebida como único quadro autêntico de análise e pensamento. Suas teorias expandem lógicas da racionalidade ocidental porque elucidam armadilhas conceituais coloniais, orientadoras da produção do conhecimento em e sobre África.

É nesse sentido que este texto explora os conceitos de gnose africana, pluriversidade e incompletude, definidos como topologias importantes para uma reflexão sobre epistemologias africanas.

Gnoses africanas são as arqueologias de sentido(s) do(s) pensamento(s) africano(s). Yves Mudimbe (2019) alerta que os pensamentos africanos têm sido interpretados por padrões epistemológicos ocidentais firmados em pressupostos essencialistas. Esses pressupostos vitimizam povos e territórios africanos (Mbembe, 2014) que, classificados de subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, supostamente, alcançariam saída desses estágios com sua integração às razões ocidentais. Nesse escopo, canonizam-se as diferenças e elimina-se a coexistência de diferentes saberes e referenciais teórico-conceituais africanos, essencializando uma ideia única de epistemologia africana, atada à geografia e subjugada por marcadores históricos específicos, como raça e racismo, por exemplo. Como contraponto, faz-se necessário o combate à mitificação de territórios e de povos africanos, para revogar padrões epistemológicos que limitam e unificam o sentido da identidade étnico-racial africana e negra. A subseção seguinte tem como proposta apresentar algumas gnoses africanas, elaboradas por cientistas africanos e negros contemporâneos que se empenham em sistematizar o pensamento africano, de forma confluyente ao contraponto apresentado.

O conceito de pluriversidade é entendido como um elemento constituidor de identidades e relações sociais, conhecimentos e cosmopercepções (Oyěwùmí, 2002; Ramose, 2011) em África (e em qualquer outro continente). O sentido de cosmopercepção valoriza a diversidade de percepção e estímulos sensoriais por meio do qual os seres humanos racionalizam suas experiências. Tal reconhecimento demanda explicações contextuais, respeitadas ao tempo histórico e período político em que se manifestam. Por exemplo, diversas gnoses africanas explicam suas realidades por meio de acontecimentos que operam numa relação dinâmica e coletiva, entre equilíbrios e conflitos sociais. E, embora existam equivalências reconhecíveis entre códigos culturais de povos e localidades distintas, as semelhanças não podem ser utilizadas como uma chave de leitura

universalizante. Nesse sentido, a dimensão da espiritualidade como constitutiva da racionalidade, é um modelo dessa explicação e, mesmo dentro do território africano, não pode ser tratada como uma categoria universalizante.

Sobonfu Somé, professora e oradora sobre histórias do povo dagara, diz que a identidade de uma pessoa dagara carrega um propósito de vida, espiritualmente declarado e construído num contexto relacional e de comunhão entre a natureza física e o sentido da comunidade. A autora complementa que o espírito da comunidade, significa o sentido existencial de um grupo e tem como função primordial guiar e orientar para o bem os relacionamentos das pessoas que o compõem, ajudando-as a serem melhores entre si, conectadas com elas mesmas e com o espiritual. Segundo Somé (2007) “O espírito nos ajuda a realizar o propósito de nossa vida e a manter a sanidade.” (p. 25). Sem negar a diversidade cultural e linguística que existe entre povos africanos, Ramose (1999) reitera que essa concepção de comunidade, que inclui a dimensão espiritual, é necessária para compreender e lidar com questões de doença e saúde mental, por exemplo. Nesse sentido, os conflitos sociais vêm atualizar tais racionalidades.

Conflito é um chamado para o despertar, enviado pelo espírito para nos lembrar o propósito que viemos cumprir. (...) O conflito não deve ser nutrido, mas ouvido. Devemos tomar as medidas apropriadas para lidar com o espírito por trás do conflito. (Somé, 2007, p. 119)

O registro de Somé (2007) evidencia que a dinâmica das relações entre indivíduo e grupos sociais são relacionais e coletivas, promovidas por fatores contextuais e dinâmicos que estão em constante mudança e são, portanto, incompletos.

A incompletude é uma topologia que contextualiza e humaniza o sentido da produção e interpretação do conhecimento. Com esse pressuposto, Jean Marc-Ela (2015) registra uma das crises da racionalidade ocidental: sua pretensão à universalidade e à verdade total, comprovada por seus padrões logísticos. A matematização do real, isto é, a submissão de toda inteligibilidade à égide quantitativa e a elevação dos cientistas ao posto de juízes das realidades humanas, são exemplos dessa padronização. Ao desmitologizar a produção científica como sinônimo de verdade e idoneidade a incompletude permite ainda, escancarar a estreita relação da produção do conhecimento com as formas de governo que operam sobre as ciências na contemporaneidade, sobretudo as leis do mercado (Silva, 2019).

A leitura de África e africanos por um viés mítico e essencialista outorga uma condição de objetificação às racionalidades africanas. Nesse sentido, é fundante acessar topologias criadas por epistemologias construtoras de um caminho próprio de pensar África e suas localidades; que tanto inventam quanto pertencem ao mundo em geral, denotando intelectualidades múltiplas. Dessa forma, a discussão recai sobre uma consciência conjuntural que reencontra a verdade de si a partir de uma participação plena e inteira na história empírica da liberdade e autonomia dos sujeitos (Mbembe, 2014).

### ***África per si***

O conceito de identidade em Psicologia tem sido compreendido sob a perspectiva de um eu-psicológico organizado por racionalidades calcadas em parâmetros oriundos de relações de poder coloniais (Carone; Bento, 2012). Isto é, a localização do sentido do sentido ideal de identidade pessoal e social está demarcado por peculiaridades históricas

e culturais ocidentais. Trata-se de um processo hegemônico de subjetivação que coincidiu com o homem branco europeu cristão, em oposição aos outros (Alves; Delmondez, 2015). Isto é, historicamente, a compreensão de si e/ou do outro tem se ancorado em uma lógica de organização social estabelecida por égides racistas e sexistas.

Nessa perspectiva, Cândida Alves e Polianne Delmondez (2015) afirmam que a escassez de estudos sobre as concepções de etnia, raça e colonialismo cultural na Psicologia, tem ajudado a produzir invisibilidades identitárias, as quais conduzem “(...) a um enquadramento seletivo de opressão e subalternidade, segundo as normas conduzidas pela colonialidade do poder.” (p. 658)

Em vista de respaldar a fundamentação sobre estudos de epistemologia africana, além da perspectiva da Psicologia Crítica (Martin-Baró, 1989) há a Psicologia Africana. Em 1960, no contexto do movimento pelos direitos civis norte-americanos surgiu a Association of Black Psychology (ABPsi). Nesta época, começou a ser pensada e estruturada a Psicologia Africana, também chamada de Psicologia negra. O paradigma desta escola de pensamento assume para si as tarefas de recuperação da memória histórica e cultural dos povos africanos e afrodescendentes e revela uma teoria feita “ (...) por afrodescendentes, sobre afrodescendentes e na perspectiva da comunidade afrodescendente” (Nogueira; Guzzo, 2016, p. 213). Vale destacar que, os referenciais teóricos africanos e negros que compõem esse ensaio teórico, embora também assumam uma postura crítica em relação à hegemonia eurocentrista da ciência ocidental, preocupam-se em demarcar uma pluriversidade de conhecimentos existentes em África, sobre africanos e na perspectiva de africanos.

A identidade étnico-racial negra dos autores selecionados, é um elemento criterioso desta pesquisa que encontra respaldo nas considerações de Achille Mbembe (2017) sobre o que o autor chama de invocação ou apelo à raça. Ao filosofar sobre a razão

negra ele defende algumas teses e, dentre elas, destacamos duas: o apelo à raça, isto é, o reconhecimento da identidade étnico-racial negra como “ (...) uma maneira de fazer reviver o corpo imolado, amortalhado e privado dos laços de sangue e de território, das instituições, ritos e símbolos que o tornam precisamente um corpo vivo.” (Mbembe, 2017, p. 69). E, a proposta de declaração de identidade que, neste texto, coloca em diálogo cientistas africanas/os e negras/os que constroem conhecimentos sobre si e que, epistemologicamente, elaboram-se em lugares impensados pela ciência ocidental.

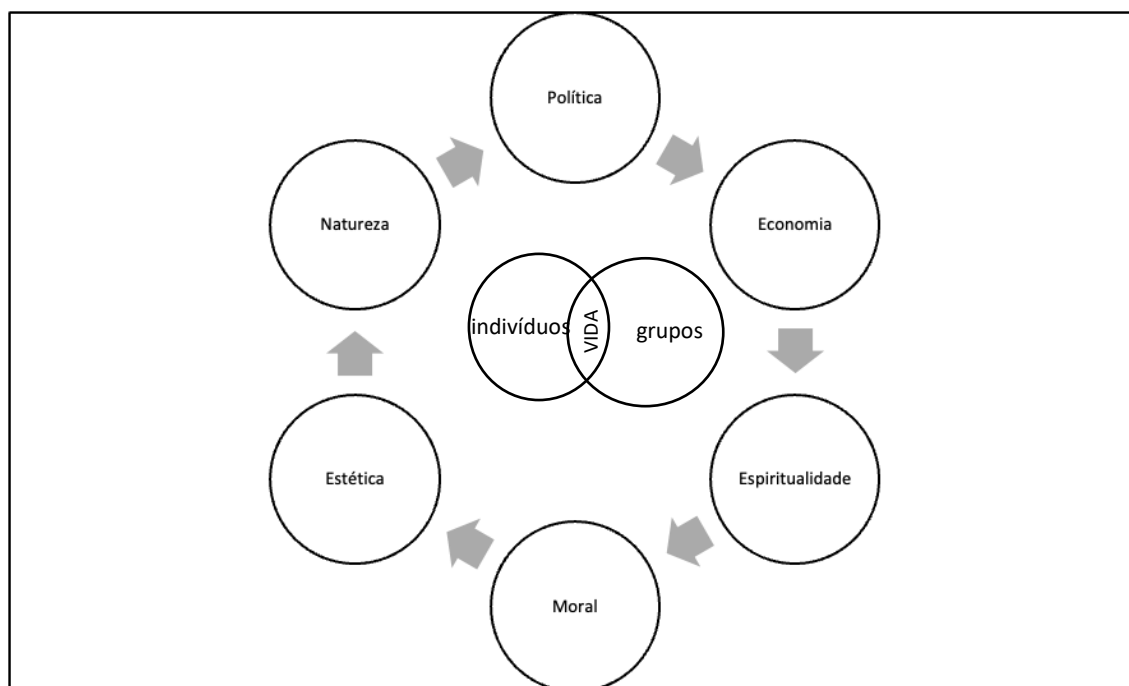
A gnose africana da sociedade *Oyó-Yorùbá* pré-colonial, elaborada por Oyèrónké Oyèwùmí evidencia as lógicas de organização daquela sociedade. Tal arqueologia de pensamento, originalmente distinta do campo de conhecimento hegemônico, evidenciou os perigos das interpretações epistemológicas racistas e sexistas sobre os contextos africanos. Em *The invention of Woman* (1997), a autora assinalou os preceitos antiguidade ou senhoridade, como um conceito relacional e situacional que demarca o vocabulário das práticas e pensamentos, isto é, do senso de mundo e lógica cultural *Oyó-Yorùbá*. Nessa perspectiva, os papéis sociais assumidos pelos indivíduos estão definidos em relação com o tempo de entrada da pessoa no grupo. No caso de um clã familiar, os indivíduos são reconhecidos pela idade cronológica de acesso a este clã; essa unidade de tempo é relativa, fluída e situacional. Importa acrescentar que não há referência às categorias masculina e feminina para a compreensão desses papéis sociais.

Oyèwùmí (1997) afirma que o sexismo binário e opositor que qualifica os indivíduos em mulher e homem e o conceito de família nuclear generificada, baseada no algoritmo cristão: 01homem + 01 mulher = prole(s), fundamenta lógicas do padrão epistemológico ocidental. Contudo, tal perspectiva não se adequa às categoriais sociais e nominais da antiga sociedade *Oyó-Yorùbá*, que define sua organização societal baseada nas relações entre indivíduos e grupos, e não em determinismos de corpos biológicos.

Nesse sentido, é possível compreender os problemas decorrentes de uma interpretação ocidentalizada sobre experiências de mundo e lógicas de funcionamento de sociedades africanas.

A tese defendida por Oyěwùmí (1997) indica que gênero é uma categoria sociocultural que requer uma complementação adjetiva e pátria, portanto, não se trata de um conceito universal. A interdependência entre sexo biológico e gênero social e a determinação destes para ocupação de postos sociais hierarquicamente organizados, não pode funcionar como um padrão analítico universal para investigações sobre sociedades africanas. A investigação científica da sociedade pré-colonial *Oyó-Yorùbá* permitiu à pesquisadora perceber que mobilidade e flutuações entre postos sociais e gêneros são elementos-chave para compreensão daquela sociedade, naquele contexto. Além disso, Oyěwùmí evidenciou critérios cronológicos organizadores dos graus de hierarquia social, descentralizando a ideia da divisão sexual da sociedade como condição para o acesso a determinados postos de poder políticos ou econômicos.

No esquema filosófico conceitual da gnose africana Igbo há um sistema interligado de crenças, ideias, atividades e valores sociais, como política, economia, moral, religião, estética, dentre outros, que compreendem as experiências de vida das pessoas daquela comunidade (Ruch; Anyanwu, 1984). Tal como registra a imagem da figura 01, abaixo.

**FIGURA 01. COSMOPERCEÇÃO DE MUNDO IGBO.**

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, inspirado em Jimoh (2017).

A gnose Igbo reconhece que os fatores das experiências de vida se constroem por esta relação dual e interdependente entre indivíduos e grupos e, em relação com um sistema maior. Nesse sentido, há uma relação biunívoca que se estabelece entre a individualidade e a comunidade e que está mediada por dimensões sistêmicas como a natureza e a espiritualidade, por exemplo, que constituem as experiências de vida (Ruch; Anyanwu, 1984). Assim, o sentido da vida Igbo molda-se como um produto da sua experiência cultural.

As interconexões entre as experiências individuais, coletivas e a totalidade mundana insere a condição de ser humano num fluxo dinâmico, processual e incompleto. Na realidade Igbo busca-se a compreensão da causalidade das experiências por meio da atuação de forças metafísicas do universo, como deuses, divindades e ancestrais; a explicação das experiências e eventos da vida não apresentam causalidade científica, nessa perspectiva.

As contribuições científicas de Chukwulozie Anyanwu (1984) desvelam a pertinência das relações intra e entre os sistemas materiais e espirituais que trazem sentido às experiências de vida e organização da sociedade Igbo. A interconexão e interdependência entre os sistemas sociais dinamizam as relações entre indivíduos e grupos e conferem incoerência às análises que enfatizam a centralidade da ação humana como causa matricial das problemáticas mundanas. A validação epistemológica desse arranjo se perfaz pelo poder de comunicação. Vale ressaltar que a gnose Igbo é fortemente materializada pela transcendência sobrenatural e/ou pelo poder da palavra, a qual traz em si a força para criar, ordenar ou mesmo destruir experiências de vida.

O filósofo Anselm Jimoh corrobora as considerações de que existem componentes espirituais da natureza que influenciam a experiência e a percepção humana (Ruch; Anyanwu, 1984). Segundo o autor, esta dimensão cultural e ontológica é oposta à compreensão ocidental de epistemologia, para quem a ciência, com suas lógicas e formulações matematizadas, é a grande determinadora do que é real e do que não é, ignorando o mistério irreduzível do transcendente.

Ao demarcar a teoria do conhecimento africana Jimoh (2017) postula que

A epistemologia africana não demarca hierarquia entre o sujeito epistêmico e o objeto epistêmico. O sujeito epistêmico que experimenta o objeto epistêmico, e o objeto epistêmico que é experimentado, estão unidos de tal forma que o sujeito experimenta o objeto em uma compreensão sensorial, emotiva, intuitiva e abstrativa, ao invés de apenas por meio da abstração, como é o caso da epistemologia ocidental. (p. 8; tradução livre)

Jimoh (2017) argumenta que a ciência ocidental qualificou de ficção, mito e fantasia a interdependência entre o mundo visível e o mundo não visível (ou espiritual). Também a religião católica, enquanto instituição de poder, outorgou à ciência ocidental um patamar (superior) de fundamentação moral, orientadora de comportamentos e interações humanas. Essa dualidade racista mistificou e desmoralizou o conhecimento em África e é, por isso, uma das estruturas fundantes do mito colonial (Udefi, 2005). Nesse contexto, Jimoh defende a existência de uma diferença ontológica, utilizada como ferramenta política, tal qual a ideia do apelo à raça de Mbembe (2017), para evidenciar a existência de maneiras distintas de perceber e reagir ao mundo, encabeçada por povos e conhecimentos africanos que, em alguma medida, estiveram suprimidos pelo julgo colonial. Nesse sentido, Jimoh afirma que o sujeito que conhece não pode estar despreendido do objeto e da realidade (a ser) conhecida. Assim, para muitas gnoses africanas, lógica e metafísica, isto é, as ciências da natureza e do espírito, estão unidas num sistema epistemológico único. A elaboração desse conhecimento advém da intuição e da experiência (cooperação de todas as faculdades humanas), em comunhão.

Na seara das epistemologias africanas, as considerações de Jimoh (2017) demarcam uma diferença ontológica na arqueologia de conhecimento daquela matriz, em comparação com padrões epistemológicos ocidentais. Tal diferença distancia-se de uma prosa com propósitos vitimizadores, na medida em que reconhece que o poder de criação da identidade dos sujeitos africanos emana, em formatos diversos e endógenos, da autogestão de uma vida social que conecta as experiências materiais e imateriais de vida.

### **Considerações finais**

Impulsionado pela Resolução N.º 018/2002 do Conselho Federal de Psicologia (CFP) o estudo deste ensaio teórico buscou expandir constructos teóricos epistemológicos e acabou por destacar o apelo à geopolítica do conhecimento como um fator que opera sobre a produção do conhecimento, (re)configurando e pluridimensionando lógicas eruditas de racionalização, como as epistemologias africanas.

Nesse sentido, a argumentação teórica pleiteou um grupo de cientistas africanos negros e negras que, ao olharem para África a partir dela mesma, acabam por politizar a geopolítica do conhecimento que influencia suas racionalidades. Tal fator não operou como um determinante essencialista das epistemologias, mas como um pontapé inicial para elaboração de elementos disruptivos ao que se dissemina como universal – a menoridade da identidade étnico-racial africana, e negra. Outrossim, o estudo dessas epistemologias permite intersecções críticas com a descolonização da Psicologia, oferecendo repertório para que estudiosos e pesquisadores desenvolvam condições para resistir à violência epistêmica de natureza colonial (Grosfoguel, 2016).

No curso das epistemologias compartilhadas, *desatender à divisão sexual do trabalho como padrão de organização social, desconsiderar a ação humana como centralidade e causa primária dos fenômenos que regem a vida, outorgando essa regência à dialogicidade entre o mundo espiritual e o material, são elementos revelados pelas teorias e que quebram o curso paradigmático das ciências e das relações sociais ocidentais.*

Assim, o reconhecimento das estruturas de poder que operam sobre os grupos e contextos não hegemônicos, como a população africana e negra e sua respectiva produção de conhecimento, é um processo assumido pelos cientistas considerados neste estudo. É

também um componente científico importantíssimo para identificar teorias dispostas à libertação de entraves manipulatórios que unificam as formas de ser, poder e conhecer.

## Referências

- Andrade, Carlos D. **Sentimento do mundo**. Rio de Janeiro: Ed Record, 2022.
- Carneiro, A. Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Acesso em: 23 maio 2024.
- Carone, Iray; Bento, Maria Aparacida S. (orgs). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- Ela, Jean-Marc. **Investigação científica e a crise da racionalidade - Livro I**. 2ª ed. Luanda: Edições Pedagogo, 2015. (Coleção Reler África)
- Ferreira, Maria Cristina. A Psicologia Social contemporânea: principais tendências e perspectivas nacionais e internacionais. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 26, p. 51-64, 2010.
- Gramsci, Antonio. **Cadernos do cárcere**, volume 3 [recurso eletrônico]: Maquiavel, notas sobre o estado e a política. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017
- Grosfoguel, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, v. 31, p. 25-49, 2016.
- Jimoh, Anselmo K. Uma teoria africana do conhecimento. **Temas, questões e problemas na filosofia africana**, p. 121-136, 2017.
- Hegel, Georg W. F. **Filosofia da história**. SciELO-Editora UnB, 1996.

Lander, Edgardo (org). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005.

Maldonado-Torres, Nelson. *Sobre la colonialidad del ser*: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón (orgs.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre, 2007.

Mbembe, Achille. As formas africanas de auto-inscrição. **Estudos afro-asiáticos**, v. 23, p. 171-209, 2001.

\_\_\_\_\_. Crítica da razão negra Trad. **Marta Lança**. Lisboa: Antígona, 2014

Meneghetti, Francis Kanashiro. O que é um ensaio-teórico?. **Revista de administração contemporânea**, v. 15, p. 320-332, 2011.

Mignolo, Walter D. A geopolítica do conhecimento e a diferença colonial. **Revista Lusófona de Educação**, v. 48, n. 48, 2020.

Mudimbe, Valentin Y. **A invenção da África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento**. Editora Vozes, 2019

Munanga, Kabengele. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. **Sociedade e cultura**, v. 4, n. 2, 2001.

\_\_\_\_\_. Algumas considerações sobre "raça", ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos. **Revista usp**, n. 68, p. 46-57, 2006.

NOGUEIRA, Simone Gibran; GUZZO, Raquel Souza Lobo. Psicologia Africana: Diálogos com o sul global. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, v. 1, n. 2, 2016.

Oliveira, Luiz F.; Candau, Vera M.F. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educação em revista**, v. 26, n. 01, p. 15-40, 2010.

Oyèwùmí, Oyèrónké. Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies. African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms. **CODESRIA Gender Series**. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8

\_\_\_\_\_. **The invention of women: making an African sense of western gender discourses**. University of Minnesota Press. Minneapolis, London, 1997. 256p

Quijano, Aníbal. Colonialidade do poder e eurocentrismo na América Latina. **Sociologia internacional**, v. 15, n. 2, pág. 215-232, 2000.

Ruch, E. A.; Anyanwu, K. Chukwulozie. **African Philosophy: An Introduction to the Main Philosophical Trends in Contemporary Africa**. Roma: Catholic Book Agency, 1984.

Ramose, Mogobe. Sobre a legitimidade e o estudo da filosofia africana. Tradução Dirce Eleonora Nigo Solis, Rafael Medina Lopes e Roberta Ribeiro Cassiano. **Ensaio Filosóficos**, v. 4, 2011.

\_\_\_\_\_. African Philosophy through Ubuntu. Harare: Mond Books, 1999, p. 49-66. Trad. Arnaldo Vasconcellos.

Said, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. Editora Companhia das Letras, (1978) 2007.

Silva, Mariana M. de C.S. A potência do pensamento diaspórico e contra hegemônico: reflexão, produção e resistência (The power of diasporic and counter-hegemonic thinking: reflection, production and resistance). **Crítica Educativa**, v. 5, n. 1, p. 21-30, 2019.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Pesquisa de Pós-Doutorado**. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, 2023.

Siqueira Júnior, Gabriel C. **Noções de bem viver latino-americanas na perspectiva da Psicologia**: uma revisão de escopo. Dissertação de mestrado (Psicologia Social). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2020

Somé, Sobonfu. **O espírito da intimidade**: ensinamentos ancestrais africanos sobre maneiras de se relacionar. São Paulo: Odysseus, 2007.

Spivak, Gayatri C. O subalterno pode falar? In: **Imperialismo** . Routledge, 2023. p. 171-219.

Tricco, Andrea C. et al. Extensão PRISMA para revisões de escopo (PRISMA-ScR): lista de verificação e explicação. **Anais de medicina interna** , v. 169, n. 7, pág. 467-473, 2018.

Udechí, Amaechi. Dimensões da epistemologia e a defesa das formas indígenas de conhecimento de África. **Tattva- Revista de Filosofia**, 7(1): 2015. 1-16pp.

Walsh, Catherine. Interculturalidad crítica y pedagogía de-colonial: apuestas (des) de el in-surgir, re-existir y re-vivir. **UMSA Revista (entre palabras)**, v. 3, n. 30, p. 1-29, 2009.

---

### **Nota explicativa**

Este texto é resultado de pesquisa de Pós-Doutorado, desenvolvida no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP-USP), sob financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp – Processo 2022/02481-5).

Sorocaba, 17 de junho de 2024

**DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE CONFLITOS DE INTERESSE**

Declaro, para os devidos fins, que o artigo intitulado **APORTES TEÓRICOS DE EPISTEMOLOGIAS AFRICANAS**, de minha autoria, não tem conflito de interesses com outros autores ou instituições.

Atenciosamente,

Mariana Martha de Cerqueira Silva



## Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.